

# Nota Técnica

**Gasto Social Federal: uma análise da  
execução orçamentária de 2011**

**José Valente Chaves  
José Aparecido Carlos Ribeiro**

**Nº 13**

**Brasília, dezembro de 2012**

# **Gasto Social Federal: uma análise da execução orçamentária de 2011\***

José Valente Chaves\*

José Aparecido Carlos Ribeiro\*

## **1. Introdução**

Os estudos realizados pela Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc/Ipea) a respeito do dimensionamento e acompanhamento do Gasto Social Federal são conduzidos sob a metodologia de Área de Atuação. A reclassificação dos programas e ações de política pública em áreas de atuação permite uma aproximação maior com a finalidade última destas despesas junto à população. Isto representa uma vantagem sobre o enfoque institucional, que analisa a execução orçamentária por órgão – ministério ou secretaria –, pois, muitas vezes, no interior de um mesmo órgão convivem programas e ações destinados a distintos objetivos sociais. Além disso, no longo prazo, órgãos e programas mudam de nome, são criados, descontinuados e recriados. Portanto, tentar construir um conjunto de informações que atravesse vários anos e gestões seria inviável sob um enfoque institucional.

Entretanto, as vantagens de qualidade e precisão obtidas ao utilizar-se a metodologia de Áreas de Atuação têm um custo significativo em termos de prontidão e oportunidade. Normalmente, os trabalhos publicados pelo Ipea sobre o tema do Gasto Social Federal possuem uma defasagem de dois anos. Por isso retoma-se aqui um enfoque institucional para que se tenha uma primeira análise sobre o gasto social federal no ano passado.

Nesse sentido, este documento analisa a execução orçamentária do exercício de 2011, destacando a trajetória dos gastos de ministérios e outros órgãos sociais. Os recursos aplicados nos programas e ações a cargo desses órgãos serão aqui abordados em três enfoques: i) volume, ou seja, qual o montante de recursos aplicado pelos órgãos responsáveis pela área social; ii) nível de execução, isto é, quanto dos recursos autorizados<sup>1</sup> foi de fato executado; e iii) perfil, qual a composição destas despesas.

---

\* Este texto atualiza e amplia Ipea (2011a).

\* Pesquisadores da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea).

<sup>1</sup> Lei Orçamentária Anual, mais alterações aditivas ou supressivas aprovadas após sua publicação.

Na terceira seção serão apresentadas informações sobre as despesas com benefícios sociais a servidores públicos (fundamentalmente Previdência e Assistência Médica, mas também determinados auxílios assistenciais e salários indiretos), que estão dispersas pelos ministérios responsáveis pelas áreas não sociais do governo federal. Tais despesas devem ser consideradas para que seja possível elaborar uma estimativa do total do Gasto Social Federal em 2011. Por fim, para maior compatibilidade com os dados gerados nos estudos realizados sob a metodologia de área de atuação, serão também somadas à estimativa os valores correspondentes a aplicações em projetos sociais de habitação, urbanismo e saneamento básico com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) sob gerência da Caixa Econômica Federal (CEF). Após breve análise sobre os dados alcançados, considerações finais encerram o trabalho.

## **2. Recursos aplicados pelos órgãos responsáveis pela área social no ano de 2011**

Os ministérios e órgãos federais relacionados são aqueles cujos recursos estão voltados para o atendimento das necessidades e direitos sociais, bem como para o pagamento de ações de regulação, provisão ou produção de bens, serviços e transferências em dinheiro à população brasileira<sup>2</sup>. Em 2011, foram executados pelos órgãos públicos federais da área social recursos da ordem de R\$ 568 bilhões, o que corresponde a 33,9% do montante executado nos orçamentos fiscal e da seguridade social da União. Ou a 47,0%, se não se considerar o valor de R\$ 467,8 bilhões, referente ao refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal – a chamada “rolagem da dívida”. Em relação ao PIB divulgado para 2011<sup>3</sup>, os recursos envolvidos representaram 13,7%. Quanto à distribuição por órgãos, conforme pode ser visto na tabela 1, a absoluta maioria dos recursos executados na área social (94,7%) ficou concentrada em apenas cinco ministérios: Previdência Social (52,0%), Saúde (13,8%), Trabalho e Emprego (9,5%), Educação (11,3%) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (8,1%).

---

<sup>2</sup> Neste sentido, são considerados como pertencentes à área social os seguintes ministérios e secretarias: Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Previdência Social, Desenvolvimento Agrário, Cidades, Cultura, Arquivo Nacional, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Direitos Humanos e Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. Além das atividades desenvolvidas por estes órgãos públicos, acrescentam-se as operações de crédito que constam do orçamento do Ministério da Fazenda e que se destinam às áreas de Desenvolvimento Agrário, Educação e Saúde.

<sup>3</sup> PIB 2011 = R\$ 4.143,0 bilhões, Fonte: Ipeadata.

**Tabela 1** – Orçamento dos órgãos públicos federais da área social (execução)  
(2011 e 2010). Em R\$ bilhões correntes

Órgãos Federais	em R\$ Bilhões Correntes			
	2011		2010	
	Liquidado	%	Liquidado	%
<b>Ministério da Previdência Social</b>	295,2	52,0	267,6	53,7
<b>Ministério da Saúde</b>	78,5	13,8	67,3	13,5
<b>Ministério do Trabalho e Emprego</b>	54,0	9,5	46,8	9,4
<b>Ministério da Educação</b>	64,0	11,3	54,2	10,9
<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome</b>	45,9	8,1	39,4	7,9
<b>Demais Órgãos (*)</b>	30,0	5,3	22,9	4,6
<b>Total</b>	<b>567,6</b>	<b>100,0</b>	<b>498,2</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Siafi/STN

Elaboração: Disoc/Ipea

(\*) Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Cultura, das Cidades e da Fazenda (Operações Oficiais de Crédito), Arquivo Nacional, Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA) e as Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de Políticas para as Mulheres e dos Direitos Humanos.

Quando se destacam os principais itens de gasto, segundo a natureza da despesa, observa-se que a maior parte do orçamento dos órgãos públicos da área social (83,4%) é absorvida por “Outras Despesas Correntes” (tabela 2). Seguem-se as despesas com Pessoal (10,0%) e apenas 3,3% dos recursos se destinam a Investimentos, isto é, à ampliação dos equipamentos sociais (i.e., escolas, universidades, hospitais, redes de saneamento, creches, asilos, abrigos, etc.). Por fim, 3,3% se referem a despesas de Inversões Financeiras, Juros, Encargos e Amortização da Dívida. No anexo, o Quadro 1 apresenta um detalhamento dos itens que compõem os grupos de natureza da despesa.

**Tabela 2** – Execução orçamentária dos órgãos públicos federais sociais – participação por natureza de despesa (2011)

Órgão Federal	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Juros e Encargos da Dívida	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Total
Ministério da Saúde	18,4	76,2	0,0	5,3	0,1	0,0	100,0
Ministério da Educação	43,6	44,2	0,0	12,1	0,1	0,0	100,0
Ministério do Trabalho e Emprego	4,6	70,3	-	0,1	25,0	-	100,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	0,1	98,8	-	1,1	-	-	100,0
Ministério da Previdência Social	3,5	96,5	0,0	0,0	-	0,0	100,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	23,3	28,6	0,0	19,5	28,6	0,0	100,0
Ministério da Cultura	24,8	45,1	0,1	19,9	9,6	0,5	100,0
Ministério das Cidades	2,7	67,8	0,1	29,1	-	0,3	100,0
Arquivo Nacional	70,4	29,6	-	0,0	-	-	100,0
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente	0,0	100,0	-	0,0	-	-	100,0
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	20,0	79,5	-	0,5	-	-	100,0
Secretaria de Políticas para as Mulheres	6,1	69,1	-	24,8	-	-	100,0
Secretaria dos Direitos Humanos	9,8	78,4	-	11,8	-	-	100,0
Ministério da Fazenda (Operações de Crédito)	0,0	48,1	-	-	51,9	-	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>10,0</b>	<b>83,4</b>	<b>0,0</b>	<b>3,3</b>	<b>3,3</b>	<b>0,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Siafi/STN

Elaboração: Disoc/Ipea

### Parcela efetivamente executada dos recursos autorizados

No ano de 2011, a execução orçamentária – Orçamento Liquidado sobre o Autorizado (Lei + Créditos) – do conjunto dos órgãos públicos federais da área social foi

de 97% - média idêntica à apresentada em 2010. Naturalmente, este desempenho não se mostrou homogêneo para as diferentes pastas, como mostra a tabela 3, a seguir:

**Tabela 3 – Gasto dos órgãos públicos federais da área social. Em R\$ Correntes**

Órgãos Federais Selecionados	2011			2010		
	Lei + Créditos (A)	Liquidado (B)	% (B/A)	Lei + Créditos (A)	Liquidado (B)	% (B/A)
Ministério da Saúde	80.873.978.125	78.536.907.188	97,1	69.790.948.315	67.327.785.773	96,5
Ministério da Educação	68.388.140.257	64.031.678.261	93,6	58.060.911.146	54.214.414.179	93,4
Ministério do Trabalho e Emprego	55.738.243.295	54.001.822.370	96,9	47.649.711.625	46.780.898.288	98,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome	46.311.314.202	45.916.600.110	99,1	39.738.117.581	39.410.556.003	99,2
Ministério da Previdência Social	296.428.683.124	295.169.295.430	99,6	268.354.057.048	267.565.847.733	99,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	4.811.194.438	3.729.856.666	77,5	5.108.776.117	3.723.225.758	72,9
Ministério da Cultura	2.168.483.220	1.644.705.223	75,8	2.292.155.141	1.497.314.209	65,3
Ministério das Cidades	22.252.255.913	17.277.334.343	77,6	16.200.331.984	13.141.189.678	81,1
Arquivo Nacional	6.075.503	6.071.634	99,9	69.307.690	67.314.950	97,1
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente	37.939.085	25.940.040	68,4	47.261.000	29.562.126	62,6
Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	95.632.848	24.268.258	25,4	69.825.671	42.633.769	61,1
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	109.028.488	78.069.498	71,6	89.715.636	75.849.029	84,5
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	243.768.645	163.825.485	67,2	239.294.197	177.115.187	74,0
Ministério da Fazenda (Operações Oficiais de Crédito)	<b>7.843.235.239</b>	<b>7.018.619.887</b>	<b>89,5</b>	<b>5.712.852.453</b>	<b>4.143.122.861</b>	<b>72,5</b>
Desenvolvimento Agrário	5.331.554.000	4.527.716.118	84,9	3.176.500.000	2.406.772.342	75,8
Educação	2.486.761.359	2.466.539.276	99,2	2.524.852.453	1.724.850.519	68,3
Saúde	24.919.880	24.364.493	97,8	11.500.000	11.500.000	100,0
<b>Total Geral</b>	<b>585.307.972.382</b>	<b>567.624.994.393</b>	<b>97,0</b>	<b>513.423.265.604</b>	<b>498.196.829.543</b>	<b>97,0</b>

Fonte: Siafi/STN  
Elaboração: Disoc/Ipea

Os dados apresentados na tabela 3 apontam para a existência de três grupos distintos de órgãos públicos federais na área social, segundo o nível de gasto:

No primeiro grupo, com execução superior à média geral se situam três ministérios que apresentaram um desempenho entre 97,1% e 99,6%. Trata-se dos ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Previdência Social, cujas principais despesas correspondem a transferências quase que automáticas, como é o caso dos benefícios previdenciários e assistenciais.

Estes três ministérios possuem grande expressividade orçamentária, sendo responsáveis por 74% de todo o gasto dos órgãos sociais realizado pelo governo federal em 2011. No âmbito destes ministérios, os recursos se concentram fortemente em algumas grandes ações: aposentadorias e pensões constantes do orçamento do Ministério da Previdência Social – área urbana no valor de R\$ 184,0 bilhões, área rural no valor de R\$ 58,1 bilhões, e aposentadorias especiais no valor de R\$ 8,0 bilhões; o Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa e à Pessoa Portadora de Deficiência (BPC-LOAS), R\$ 23,4 bilhões; e a Transferência de Renda com Condiionalidades (Bolsa Família), R\$ 16,6 bilhões, que estão sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e a despesa com o Programa Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializado no valor de R\$ 36,2 bilhões, o Programa Atenção Básica em Saúde, R\$ 12,7 bilhões, e o programa Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, R\$ 6,5 bilhões, sob a responsabilidade do Ministério da Saúde.

Pode-se agregar o Ministério do Trabalho e Emprego a este grupo, uma vez que a sua execução ficou apenas um pouco abaixo da média – 96,9%, contra 97% do geral –,

porém contribuiu para a elevação do percentual, pois detém cerca 9,5% do montante despendido pelo conjunto dos órgãos sociais. Com a inclusão do Ministério do Trabalho e Emprego, este grupo de “alto desempenho na execução orçamentária” passa a ser responsável por 83,4% do orçamento, com uma média de execução próxima a 99%.

O segundo grupo apresentou um desempenho entre 75,8% e 93,6% de execução. Neste caso estão os Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Agrário, das Cidades e da Educação. O Ministério da Educação praticamente repetiu o nível de execução – 93,6% em 2011 frente aos 93,4% em 2010. Mas os valores liquidados continuam crescendo – R\$ 64 bilhões em 2011 frente aos R\$ 54,2 bilhões em 2010. Destaca-se a situação da pasta das Cidades, que apresenta algumas nuances. Inicialmente, é visível uma significativa redução do índice de execução em 2011 *vis-à-vis* 2010, de 81,1% para 77,6% (e em 2009 havia sido de 90,7%). Porém, os valores liquidados em 2011, R\$ 17,2 bilhões, são superiores aos valores liquidados em 2010, R\$ 13,1 bilhões. Isto é, foi um percentual de execução menor, sim, mas frente a um orçamento autorizado maior. No caso da Cultura, os valores liquidados cresceram apesar de o orçamento autorizado ter se reduzido – o que elevou seu nível de execução. E o Desenvolvimento Agrário, também enfrentando uma queda no seu orçamento autorizado, executou em 2011 valores semelhantes aos de 2010. Por fim, destaque-se que as Operações Oficiais de Crédito, de cunho social, alocadas no Ministério da Fazenda, expandiram seu orçamento autorizado e também elevaram seu nível de execução, o que permitiu mobilizar em 2011 valores bem superiores aos de 2010.

Por último, no terceiro grupo com execução inferior a 75%, encontram-se o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e as Secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de Direitos Humanos, e de Políticas para as Mulheres – que são vinculadas à Presidência da República. Apesar de movimentarem valores reduzidos frente ao volume de recursos aplicado em outras pastas sociais, o nível de execução alcançado por esses órgãos costuma ser inferior à média do conjunto das instituições sociais aqui apresentadas. Ainda assim, entretanto, chama a atenção o patamar de execução particularmente baixo apresentado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2011 – apenas 25,4%.

### **Composição da despesa dos órgãos públicos sociais**

Na tabela 4, observa-se que, em termos percentuais, os gastos na área social (97%) tiveram desempenho superior ao conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

(89,3%) quando excluído o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal. As despesas relacionadas a Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras efetuadas pelos órgãos sociais tiveram desempenho superior ao verificado no conjunto. Com execução inferior observam-se as despesas referentes ao pagamento da amortização e de juros e encargos da dívida.

**Tabela 4 – Execução orçamentária dos órgãos públicos federais sociais e do Orçamento Geral da União (Fiscal e da Seguridade Social), por grupos de natureza de despesa (2011)**

Em R\$ Correntes

Natureza de Despesa	em R\$1,00					
	Órgãos Sociais Federais			Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
	Lei + Créditos (A)	Liquidado (B)	Nível de Execução (B/A)	Lei + Créditos (C)	Liquidado (D)	Nível de Execução (D/C)
Pessoal e Encargos Sociais	57.758.626.987	56.931.480.353	98,6	200.163.275.433	197.481.485.238	98,7
Juros e Encargos da Dívida	42.065.673	17.545.355	41,7	169.870.647.434	131.122.390.200	77,2
Outras Despesas Correntes	481.835.392.799	473.456.951.025	98,3	704.998.850.876	681.076.846.738	96,6
Investimentos	25.154.623.858	18.604.932.104	74,0	67.611.293.123	48.434.148.638	71,6
Inversões Financeiras	19.486.715.204	18.512.304.984	95,0	47.416.055.380	41.377.175.454	87,3
Amortização da Dívida*	145.645.688	101.780.572	69,9	145.009.272.268	109.625.996.569	75,6
Reserva de Contingência	884.902.173	-	-	19.395.296.003	-	-
<b>Total</b>	<b>585.307.972.382</b>	<b>567.624.994.393</b>	<b>97,0</b>	<b>1.354.464.690.517</b>	<b>1.209.118.042.837</b>	<b>89,3</b>

Fonte: Siafi/STN  
Elaboração: Disoc/Ipea  
\* Exceto Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela 5 – Execução orçamentária dos órgãos públicos federais sociais por natureza de despesa (2011)<sup>4</sup>**

Órgão Federal	Pessoal e Encargos Sociais	Outras Despesas Correntes	Juros e Encargos da Dívida	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
Ministério da Saúde	98,2	99,2	59,6	72,1	98,2	87,3
Ministério da Educação	98,4	92,6	3,5	82,5	89,0	7,0
Ministério do Trabalho e Emprego	99,2	96,0	-	37,9	100,0	-
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	96,2	99,2	-	94,9	-	-
Ministério da Previdência Social	99,5	99,6	9,7	53,0	100,0	45,2
Ministério do Desenvolvimento Agrário	99,5	73,4	63,2	68,0	87,3	77,7
Ministério da Cultura	95,4	72,0	42,7	63,3	98,7	83,4
Ministério das Cidades	97,9	86,5	47,1	65,9	0,0	68,8
Arquivo Nacional	100,0	99,8	-	-	-	-
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente	74,6	74,6	-	0,3	-	-
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	94,2	22,2	-	25,5	-	-
Secretaria de Políticas para as Mulheres	99,5	66,2	-	-	-	-
Secretaria dos Direitos Humanos	92,5	70,7	-	65,2	-	-
Ministério da Fazenda (Operações de Crédito)	-	99,4	-	-	81,9	-
<b>Total</b>	<b>98,6</b>	<b>98,3</b>	<b>41,7</b>	<b>74,0</b>	<b>95,0</b>	<b>69,9</b>

Fonte: Siafi/STN  
Elaboração: Disoc/Ipea

Os dados da tabela 5 revelam que as médias gerais encobrem diferenças setoriais importantes. Por exemplo, nas despesas com o item “Outras Despesas Correntes” se verifica que o Ministério da Previdência Social teve execução de 99,6%, enquanto na

<sup>4</sup> V. Anexo I



Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial ela foi de apenas 22,2%. Quando se observa a execução nesse item nos ministérios, com exceção dos Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Agrário e das Cidades, que apresentaram execução entre 72,0% e 86,5%, verifica-se uma execução bastante elevada, variando de 96,0% no Ministério do Trabalho e Emprego, até 99,6% no Ministério da Previdência Social, como mencionado anteriormente.

No tocante aos Investimentos, a execução foi de 74,0%, índice ligeiramente superior aos 72,7% alcançados em 2010. No entanto, os Ministérios das Cidades e do Desenvolvimento Agrário, com 65,9% e 68,0%, respectivamente, ajudaram a puxar a média para baixo, reeditando o ocorrido em 2010. No tocante aos ministérios do Trabalho e Emprego e da Cultura, os índices persistem em níveis ainda baixos – 37,9% e 63,3% –, respectivamente.

### **3. Estimativa para o Gasto Social Federal em 2011**

Os trabalhos realizados na Disoc/Ipea a respeito do dimensionamento e acompanhamento do Gasto Social Federal (GSF) são conduzidos sob a metodologia de Área de Atuação. Esta metodologia permite uma melhor precisão na mensuração do GSF (valores totais e valores destinados a cada uma das áreas sociais). Entretanto, esta precisão torna o trabalho mais lento, o que exige uma alternativa que permita gerar estimativas oportunas, mesmo que mais agregadas e menos precisas.

Nos dados do GSF de 2010, apurados sob a metodologia de área de atuação, percebe-se que cerca de 83,2% do GSF estão concentrados nos ministérios da Previdência, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social, Saúde e Educação<sup>5</sup>. Nesse sentido, uma observação mais atenta sobre estes cinco ministérios já permitiria a formação de algumas expectativas sobre a trajetória do GSF em seu conjunto – ainda que não possibilite conclusão alguma em termos desagregados, área por área<sup>6</sup>. Além do mais, a listagem de ministérios e secretarias analisados neste texto incorpora mais órgãos além desses cinco ministérios, o que permite ampliar este percentual.

---

<sup>5</sup> IPEA - 15 Anos de Gasto Social Federal, Notas Sobre o Período de 1995 a 2009. Comunicado do Ipea, n. 98. IPEA: Brasília, jul 2011b.

<sup>6</sup> Observe-se o exemplo do MEC em 2006: dos cerca de R\$ 23,9 bilhões liquidados, apenas R\$ 15,7 bilhões (65,7%) são apropriados para a área de Educação. Os demais gastos são considerados não sociais ou sociais e apropriados em outras áreas, como Saúde, Alimentação e Nutrição e Cultura, com destaque para a área de Benefícios a Servidores – principalmente Previdência do Servidor Público, a que destinam R\$ 4,5 bilhões (18,83% do orçamento do MEC). Adicionalmente, R\$ 3,5 bilhões executados em outros ministérios são apropriados pela metodologia na área de Educação.



Para melhor aproximar a cobertura global do enfoque adotado nesta seção em relação ao GSF apurado a partir das áreas de atuação, é necessário, porém, um tratamento específico para os programas e ações normalmente apropriados na área de Benefícios a Servidores – fundamentalmente, programas e ações referentes à Previdência do Servidor Público, planos de assistência médica e salários indiretos como auxílios refeição e transporte.

Para além da listagem de órgãos coberta até aqui – considerados como órgãos “típicamente” responsáveis por programas e ações sociais –, também existem dispêndios com ações de benefícios a servidores em vários outros órgãos: ministérios e secretarias que não são típicos da área social, além dos órgãos pertencentes aos Poderes Legislativo e Judiciário, conforme apresentado na tabela 6, a seguir:

**Tabela 6 – Benefícios a Servidores Públicos (2011)**

Em R\$ 1,00 - correntes

	Pagamento a Inativos e Pensionistas	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência do Servidor	Assistência e Serviços Médico-Hospitalares e Odontológicos a Servidores	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes de Servidores	Auxílio-Transporte aos Servidores	Auxílio-Alimentação aos Servidores	TOTAL
<b>Órgãos Federais</b>							
Legislativo	2.624.185.847	565.815.016	159.722.378	14.804.681	1.370.327	202.245.858	3.568.144.107
Judiciário	4.819.661.146	2.590.629.375	385.036.065	97.775.123	15.800.045	754.750.159	8.663.651.913
<b>Executivo</b>	<b>66.807.466.930</b>	<b>10.234.741.702</b>	<b>2.048.187.204</b>	<b>153.331.786</b>	<b>732.358.872</b>	<b>2.776.702.337</b>	<b>82.752.788.831</b>
Servidores de Órgãos Sociais	20.296.475.235	5.564.986.187	902.838.532	41.692.522	256.715.657	1.362.839.325	28.425.547.458
Servidores Cíveis dos demais Órgãos	20.248.410.733	4.669.755.515	651.782.762	111.639.264	475.643.215	867.739.333	27.024.970.822
Servidores Militares	26.262.580.962		493.565.910			546.123.679	27.302.270.551
<b>Subtotal</b>	<b>74.251.313.923</b>	<b>13.391.186.093</b>	<b>2.592.945.647</b>	<b>265.911.590</b>	<b>749.529.244</b>	<b>3.733.698.354</b>	<b>94.984.584.851</b>
<b>Transferências a outros Entes</b>							
<b>Transferências ao estado de Mato Grosso, a extintos estados e territórios e à extinta Via Férrea do RS</b>							
Fundo Constitucional do DF	3.317.872.117	166.788.391	6.218.181	695.485	1.013.243	57.589.452	2.044.580.043
Segurança Pública	1.359.330.899		140.625.675	9.146.369	22.011.977	227.049.212	3.716.705.350
Saúde	742.491.168			9.146.369		142.847.106	1.651.950.049
Educação	1.216.050.050				22.011.977	84.202.106	1.322.264.133
<b>Subtotal</b>	<b>5.130.147.408</b>	<b>166.788.391</b>	<b>146.843.856</b>	<b>9.841.854</b>	<b>23.025.220</b>	<b>284.638.664</b>	<b>5.761.285.393</b>
<b>GERAL</b>	<b>79.381.461.331</b>	<b>13.557.974.484</b>	<b>2.739.789.503</b>	<b>275.753.444</b>	<b>772.554.464</b>	<b>4.018.337.018</b>	<b>100.745.870.244</b>

Fonte: Siafi/STN  
Elaboração: Ipea/Disoc

Ou seja, nos dados analisados nas seções anteriores, e que corresponderiam a 88,7% do Gasto Social Federal, está contemplada apenas uma parte das despesas com benefícios sociais aos servidores públicos: cerca de R\$ 28,4 bilhões, quando o total dos gastos com esse tipo de despesa alcança quase R\$ 100 bilhões.

Acrescentem-se, também, outros dois fatos relevantes, quais sejam: (i) o pagamento por parte da União de salários e outros benefícios a servidores ativos e inativos de extintos territórios e assemelhados; e (ii) as características peculiares do Distrito Federal, a que se destina o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), cuja finalidade é a de prover os recursos necessários à organização e manutenção da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do

Distrito Federal, bem como à assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação.

Outro ajuste a ser feito nesta estimativa do Gasto Social Federal diz respeito às aplicações de recursos do FGTS em projetos sociais das áreas de habitação, urbanismo e saneamento básico<sup>7</sup>. Esses valores vêm recuperando sua importância nos últimos anos, e são considerados quando da aplicação da metodologia de áreas de atuação. Nesse sentido, para melhorar a compatibilidade entre a estimativa aqui calculada e o resultado da mensuração do GSF por áreas de atuação, é importante agregar esses valores à estimativa.

**Tabela 7** – Recursos do FGTS aplicados em projetos sociais de Habitação, Urbanismo e Saneamento

	Em R\$ milhões correntes			
	2008	2009	2010	2011
Habitacões Urbanas e Rurais	11.403,50	13.078,90	19.051,80	30.434,90
Planejamento Urbano	8,8	2,1	29,1	421,1
Saneamento Básico	1.459,60	1.744,00	1.494,70	1.571,10
	<b>12.871,90</b>	<b>14.825,00</b>	<b>20.575,60</b>	<b>32.427,20</b>

Fonte: Caixa Econômica Federal

Após estas ressalvas, podemos finalmente concluir a tarefa proposta para a seção 4, que é estimar um valor global e preliminar para o Gasto Social Federal de 2011. Combinando as informações apresentadas na tabela 1, sobre a Execução Orçamentária dos órgãos selecionados como típicos da área social; com as informações sobre as despesas com programas e ações de benefícios a servidores, da tabela 6; e as informações sobre as aplicações do FGTS, da tabela 7; chegamos ao quadro 1, a seguir<sup>8</sup>:

<sup>7</sup> É importante lembrar que, embora essas aplicações correspondam a empréstimos concedidos, há diversos níveis de subsídios cruzados convivendo nessas ações, e o pagamento/retorno desses créditos também assume regras e níveis de inadimplência diversos, conforme o tomador do crédito seja a prefeitura, a empresa de saneamento, ou o cidadão. Para contornar esse tipo de questão é que estudos como este trabalham com o conceito de Gasto Público Social, “que compreende os recursos financeiros brutos empregados pelo setor público no atendimento de demandas sociais e que corresponde ao custo de bens e serviços — inclusive bens de capital — e transferências, sem deduzir o valor de recuperação (depreciação e amortização dos investimentos em estoque, ou recuperação do principal de empréstimos anteriormente concedidos).” (Fernandes et alli, 1998, p. 9). Um conceito que considerasse e/ou descontasse dos créditos concedidos as amortizações efetivamente recebidas é o de Gasto Fiscal Social, que, conforme explicam Castro et alli (2008, p. 9), “é uma depuração do primeiro, pois retira do Gasto Público Social o valor das contribuições dos beneficiários e/ou os valores de recuperação mencionados. Porém, a operacionalização de um sistema de acompanhamento do gasto social em torno desse conceito está muito além dos recursos atuais disponíveis. Essa questão, aliada à necessidade de compatibilidade internacional, justifica a opção pelo conceito mais abrangente de Gasto Público Social”.

<sup>8</sup> Os R\$ 66,56 bilhões apresentados como o volume despendido com Benefícios a Servidores nos órgãos públicos federais que não foram considerados aqui como típicos da área social correspondem ao total das despesas com programas/ações de benefícios a servidores – R\$ 94,98 bilhões –, menos os gastos com benefícios a servidores nos órgãos sociais – R\$ 28,42 bilhões (v. Tabela 6). Isto porque, logicamente,

**Quadro 1 – Gasto Social Federal – Estimativa 2011**

	Em R\$ correntes
<i>Órgãos Públicos Federais da Área Social</i>	567.624.994.393
<i>Benefícios a Servidores - demais órgãos</i>	66.559.037.393
<i>Transferências a Inativos e Pensionistas e demais benefícios a servidores de outros Entes</i>	2.044.580.043
<i>Fundo Constitucional do Distrito Federal - Inativos e Pensionistas e demais benef. a servidores</i>	3.716.705.350
<i>Aplicações do FGTS em projetos de Habitação, Urbanismo e Saneamento Básico</i>	32.427.180.778
<b>Gasto Social Federal - estimativa</b>	<b>672.372.497.957</b>

Fonte: Siafi/STN e CEF

Elaboração: Discoc/Ipea

**Tabela 8 – Gasto Social Federal\* – 1995 a 2010 e Estimativa 2011**

(GSF - R\$ milhões correntes)				
Anos	GSF	PIB	GSF/PIB (%)	IPCA-Méd.2011
1995	79.324	705.641	11,24	230.863
1996	92.705	843.966	10,98	233.079
1997	108.073	939.147	11,51	254.118
1998	119.975	979.276	12,25	273.367
1999	129.506	1.065.000	12,16	281.411
2000	148.088	1.179.482	12,56	300.614
2001	169.214	1.302.136	13,00	321.507
2002	190.892	1.477.822	12,92	334.436
2003	220.161	1.699.948	12,95	336.238
2004	256.292	1.941.498	13,20	367.192
2005	296.752	2.147.239	13,82	397.828
2006	340.011	2.369.484	14,35	437.516
2007	382.665	2.661.344	14,38	475.102
2008	430.214	3.032.203	14,19	505.437
2009	503.351	3.239.404	15,54	563.802
2010	585.909	3.770.085	15,54	624.792
2011	672.373	4.143.013	16,23	672.373

Fonte: Siafi/STN e CEF

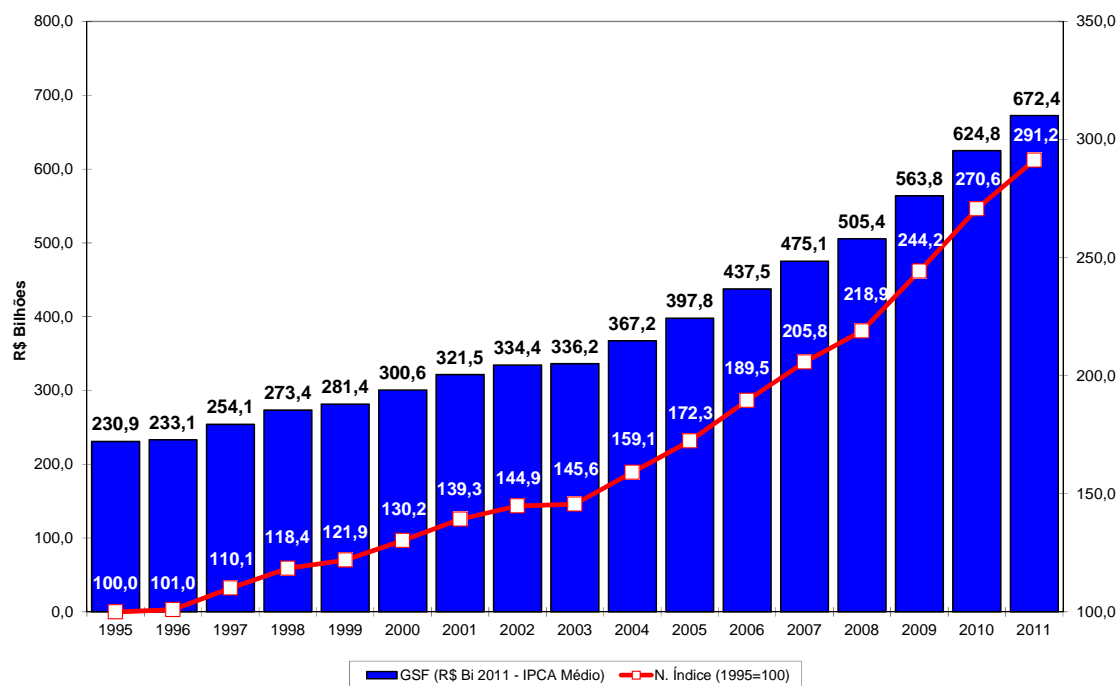
Elaboração Discoc/Ipea

\* Dados do GSF para 1995 a 2010, apurados pela metodologia de Área de Atuação; dados do GSF para 2011, estimados.

estes últimos já estão incluídos nos gastos totais dos órgãos públicos federais sociais, no montante de R\$ 568 bilhões (v. Quadro 1).

## Gráfico 1 – Gasto Social Federal\* – 1995 a 2010 e Estimativa 2011

Valores corrigidos pelo IPCA médio para 2011



Fonte: Siafi/STN

Elaboração Disco/Ipea

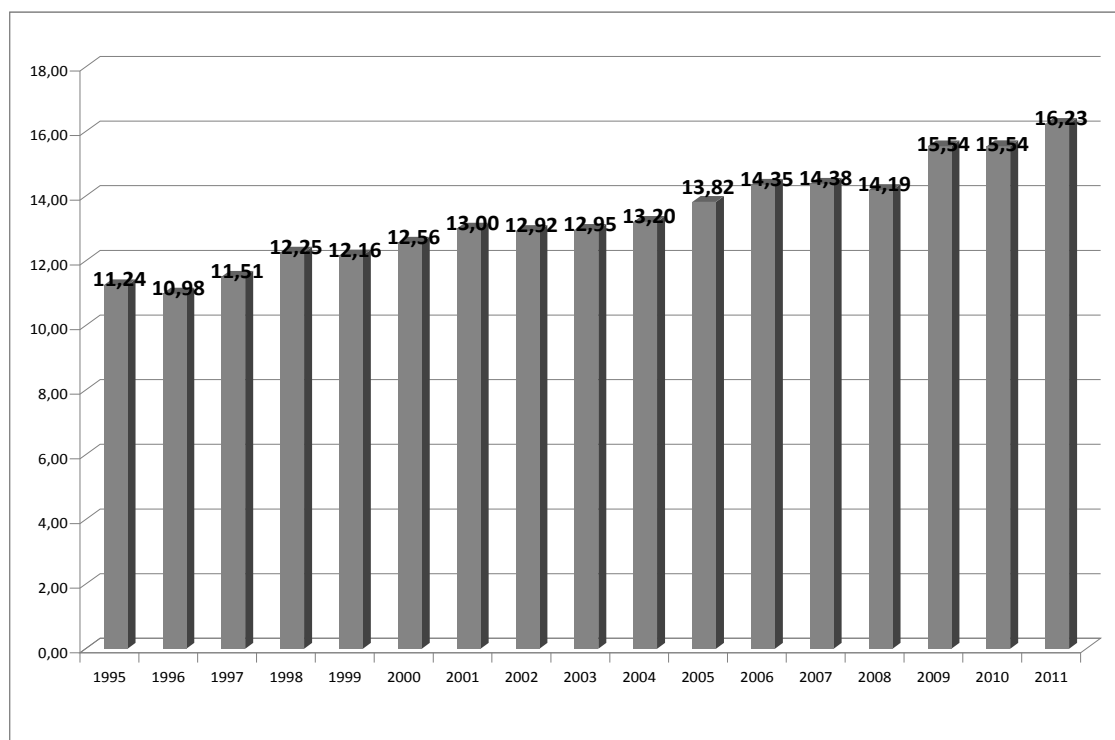
\* Dados do GSF para 1995 a 2010, apurados pela metodologia de Área de Atuação; dados do GSF para 2011, estimados.

Os dados apresentados na tabela 8 e no gráfico 1 mostram que a estimativa do GSF para o ano de 2011 aponta para uma pequena desaceleração no ritmo de crescimento em termos reais (cerca de 7,6%), frente ao apresentado entre os anos de 2008 e 2010 (próximo de 11%). Em termos de percentuais do PIB, o movimento se apresenta mais errático: crescimento forte entre 2008 e 2009 (de 14,2% do PIB para 15,5%), estabilidade entre 2009 e 2010 (manutenção dos 15,5% do PIB), e novamente crescimento importante entre 2010 e 2011 (alcançando 16,2% do PIB)<sup>9</sup>. Como o ritmo de crescimento do GSF, em valores reais, não apresenta tais mudanças de trajetória, fica claro que as variações em termos de percentual do PIB dizem respeito muito mais ao ritmo de crescimento do próprio PIB – ver gráfico 3.

<sup>9</sup> Estimativas sobre o Gasto Social Federal, sob esta metodologia mais “rápida” e “oportuna”, tal como realizada neste documento, vêm sendo feitas desde 2007. O nível de acerto, isto é, o nível de confirmação destas estimativas preliminares, quando do cálculo do Gasto Social Federal pela metodologia de áreas de atuação, é bastante razoável. Em valores nominais, o confronto entre as estimativas preliminares e o cálculo por área de atuação consta da seguinte forma: para 2007, estimativa de R\$ 390,6 bi, cálculo por área de atuação, R\$ 382,7 bi; para 2008, estimativa de R\$ 432,7 bi, cálculo por área de atuação, R\$ 430,2 bi; para 2009, estimativa de R\$ 503,85, cálculo por área de atuação, R\$ 503,35 bi; para 2010, estimativa de R\$ 566,22, cálculo por área de atuação, R\$ 585,91 bi. Os valores estimados, portanto, costumam ficar bastante próximos do calculado posteriormente – a maior margem de erro ocorrida até aqui foi na estimativa de 2010, 3,4% menor do que o GSF apurado por área de atuação.

## Gráfico 2 – Gasto Social Federal\* – 1995 a 2010 e Estimativa 2011

Valores em percentuais do PIB



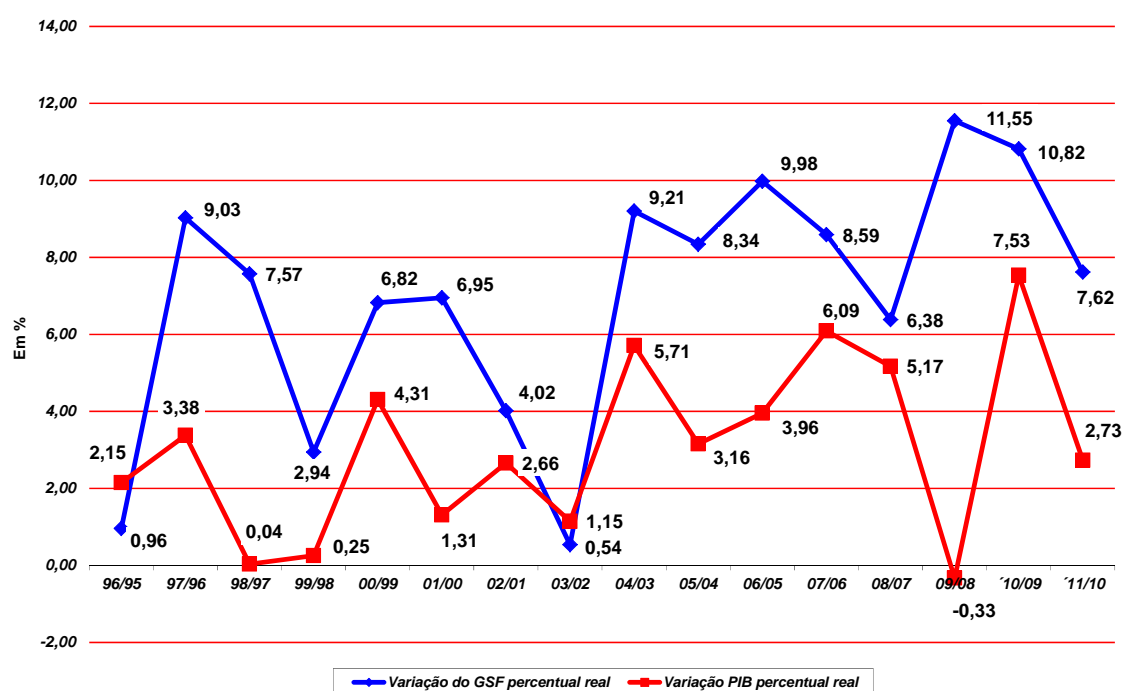
Fonte: Siafi/STN

Elaboração Disoc/Ipea

\* Dados do GSF para 1995 a 2010, apurados pela metodologia de Área de Atuação; dados do GSF para 2011, estimados.

Quando o ritmo de crescimento do PIB é forte, permite acomodar um igualmente forte crescimento no GSF, sem que para isso sejam necessárias parcelas crescentes do PIB – tal como aconteceu entre 2006 e 2008, e em 2010. Mas, se a trajetória do PIB apresenta desaceleração, coloca-se então um desafio para as políticas sociais: continuar se expandindo no mesmo ritmo anterior – o que exige parcelas maiores do PIB, em comportamento anticíclico semelhante ao apresentado em 2008/2009; ou limitar seu crescimento ao ritmo permitido pelo crescimento do PIB – em um comportamento pró-cíclico, semelhante ao ocorrido em 1997/1998 e 2002/2003 (v. Gráfico 3). O que a estimativa realizada para 2011 aponta é que, frente à desaceleração no crescimento econômico geral – de 7,5% para 2,7% –, o GSF conteve um pouco seu ritmo, mas não muito – de 10,8% para 7,6%. O encontro desses dois movimentos exige que o GSF mobilize uma parcela maior do PIB para continuar crescendo no ritmo atualmente vigente.

**Gráfico 3 – Variação Anual Real do Gasto Social Federal e do PIB**



Fonte: Siafi/STN; SCN/IBGE; Ipeadata.  
Elaboração Disco/Ipea

A partir dos dados sobre a execução orçamentária dos principais programas dos órgãos aqui analisados (v. Anexo II), podemos localizar, ainda que preliminarmente, as principais tendências setoriais que explicam a trajetória apresentada pelo Gasto Social Federal em seu conjunto.

Em 2011, os gastos do Ministério da Previdência Social aumentaram em relação ao ano anterior, já descontada a inflação do IPCA, em cerca de 3,5%. Trajetória bem distinta da apresentada em 2009 e 2010, quando o crescimento foi de 7,6% e 7%, respectivamente. A quase totalidade desse aumento encontra-se no programa Previdência Social Básica, que cresceu 4,3%, em termos reais, em 2011.

O Ministério da Educação viu arrefecer em 2011 o ritmo de crescimento que apresentara em 2009 e 2010 – na casa dos 20% a.a. –, mas ainda assim impressiona: 10,8% de crescimento real em relação a 2010. Destaque para os programas Brasil Escolarizado – crescimento real de 10,6%; Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica – 37,6%; Brasil Universitário – 7,8%; e Qualidade na Escola – 17,1%. É importante lembrar que esses programas estão entre os mais volumosos do MEC, em termos de recursos. Merece nota também o fato de que os recursos destinados ao programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos continuam crescendo de modo significativo – 17,8% em relação ao ano anterior. Menos importante em

termos de volume de recursos, esses valores indicam a continuidade da retomada iniciada em 2009 nos investimentos do ministério na área de educação de jovens e adultos.

Após elevar seus gastos em apenas 1,9% em 2010, em 2011 o Ministério da Saúde alcançou um desempenho mais significativo, com um crescimento de 9,4% em relação ao ano anterior. Os seus maiores programas em termos de destinação de recursos foram Assistência Hospitalar e Ambulatorial Especializada, que cresceu de R\$ 33,1 bilhões em 2010 para R\$ 36,1 bilhões em 2011 – cerca de 9,1% –, e Atenção Básica em Saúde, que passou de R\$ 10,8 bilhões em 2010 para R\$ 12,8 bilhões em 2011 – cerca de 18,7%. Merecem também destaque os programas Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, cujos gastos cresceram de R\$ 5,9 bilhões em 2010 para R\$ 6,5 bi em 2011 – cerca de 9,2% –, e Vigilância, Prevenção e Controle de Agravos, que se manteve estável em torno de R\$ 3,6 bilhões.

Os gastos nos programas do Ministério do Trabalho e Emprego seguem em trajetória de expansão: de R\$ 49,9 bilhões em 2010 para R\$ 54,0 bilhões em 2011 – um crescimento real de 8,3%. Tal desempenho deve à continuidade da expansão nos gastos de seus dois mais volumosos programas. O programa Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda – onde se encontram os pagamentos do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial – alcançou R\$ 33,2 bilhões em 2011 frente aos R\$ 30,1 bilhões de 2010 – cerca de 10,2% de crescimento. E o programa Operações Especiais: Financiamentos com Retorno – onde estão as ações vinculadas às operações do FAT com o BNDES – aumentou seus recursos de R\$ 12,4 bilhões em 2010 para R\$ 13,5 bilhões em 2011.

No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o crescimento real em 2011 foi de 9,3%. Mais uma vez, o crescimento das despesas deste ministério concentrou-se nos programas: Bolsa Família – Transferência de Renda com condicionalidades –, que aumentou de R\$ 15,0 bilhões em 2010 para R\$ 17,2 bilhões em 2011 – um crescimento de 14,9% –, e Proteção Social Básica<sup>10</sup>, que cresceu 5,7%, chegando a R\$ 25,8 bilhões em 2011. É importante destacar também o crescimento de 34% – de R\$ 1,01 bilhão para R\$ 1,35 bilhão – no programa Acesso à Alimentação.

Após ter sofrido uma redução nos seus gastos em cerca de 10% no ano de 2010 – sendo que em vários dos seus programas a redução foi ainda mais dramática –, o Ministério das Cidades se recupera em 2011. Em seu conjunto, os gastos foram de R\$ 17,3 bilhões em 2011, frente aos R\$ 14,0 bilhões de 2010 – cerca de 23% de crescimento. Entretanto, essa recuperação se explica quase que totalmente pelo crescimento do programa Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, que cresceu 54%, chegando a quase R\$ 11 bilhões. É neste programa que se

---

<sup>10</sup> É no programa Atenção Social Básica que se encontram os pagamentos referentes ao Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS).



concentram importantes transferências aos agentes financeiros que irão gerir a política habitacional ora em expansão. É importante destacar também a recuperação dos recursos alocados no programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, que após redução de 41% entre 2009 e 2010 cresceu praticamente à mesma taxa entre 2010 e 2011: passando de R\$ 0,9 bilhão em 2010 para R\$ 1,3 bilhão em 2011. Entretanto, destaque-se também que outros importantes programas permanecem em trajetória de queda de recursos: Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano caiu 24,6% em 2011, após já ter sido reduzido em 31% em 2010; Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários teve queda de 14,6% em 2011, após redução de 34% em 2010; Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos sofreu queda de 50% em 2011, após redução de 27% em 2010; Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial teve queda de 14% em 2011 e redução de 35% em 2010.

Por fim, destaque-se a estabilidade, em termos reais, dos gastos com Benefícios a Servidores, tal como levantados na tabela 6. Em 2010, os valores destinados a essas despesas foram, em valores correntes, de R\$ 94,4 bilhões<sup>11</sup> – que deflacionados pelo IPCA médio equivalem a R\$ 100,7 bilhões em valores reais. Valor idêntico ao apurado para 2011.

### **Considerações finais**

Este trabalho apresentou informações e análises sobre a execução orçamentária dos órgãos públicos federais tipicamente sociais, e seus programas, para o exercício de 2011. Mostrou-se que o desempenho da execução orçamentária nesses órgãos – 97% – foi superior ao nível de execução encontrado no conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – 89,3%. Há, logicamente, considerável heterogeneidade entre as várias pastas sociais, com alguns órgãos tendo alto nível de execução, como o MDS e MPS, na casa dos 99%; MTE e MS, na casa dos 97%; e outros com desempenho mais frágil, como Cidades (77,6%), MDA (77,5%), SEPM (71,6%) e Seppir (25,4%).

Em seu conjunto, os gastos sociais são predominantemente executados como Outras Despesas Correntes – as despesas com benefícios previdenciários e assistenciais, e também a maior parte das transferências a estados e municípios, são contabilizados nestarubrica. De modo que 83,4% dos gastos nos órgãos federais tipicamente sociais são Outras Despesas Correntes, cerca de 10,0% são gastos com Pessoal e 3,3% com Investimentos. Mas há distinções: algumas pastas são mais intensivas em Pessoal, outras em Investimentos (vide Tabela 2).

---

<sup>11</sup> Ipea, 2011.

Após realizar o levantamento dos gastos com benefícios a servidores públicos – benefícios previdenciários, assistência médica e outros auxílios (vide tabela 6) –, e agregar as aplicações em ações de habitação e saneamento realizadas com recursos do FGTS (vide tabela 7), é possível chegar a uma estimativa para o Gasto Social Federal total realizado em 2011. Ainda que esta estimativa não permita estabelecer comparações entre as distintas áreas sociais, constitui um dado relevante para o debate: em 2011, o conjunto do Gasto Social Federal atingiu R\$ 672,4 bilhões, ou 16,23% do PIB. Aponta para a manutenção do crescimento real, acima da inflação, do Gasto Social Federal, embora em ritmo um pouco inferior ao ocorrido entre 2006-2009.

Adicionalmente, a análise interna a cada um dos principais ministérios realizada nas últimas páginas deste trabalho revela dinâmicas bastante interessantes, que fogem ao escopo desta nota, mas que instigam respostas dos especialistas em cada uma das áreas sociais respectivas:

(i) A desaceleração do ritmo de crescimento dos gastos nos programas do Ministério da Previdência merece análise específica, mas certamente está correlacionada com o aumento do salário-mínimo concedido em 2011, que foi de 6,8% em termos nominais – menor do que os percentuais de 2010 (9,7%) e 2009 (12,0%). Como o aumento determinado em 2012 foi maior (14,1%), é muito provável que as despesas desta área cresçam mais no próximo ano;

(ii) o ritmo de crescimento nos recursos mobilizados pelo Ministério da Educação continua forte (10,8%), embora menor do que nos anos imediatamente anteriores;

(iii) a expansão nos gastos do Ministério do Trabalho e do Ministério do Desenvolvimento Social segue em velocidade importante, entre 8% e 9%;

(iv) após o baixo crescimento de 2010 (1,6%), os gastos do Ministério da Saúde foram elevados em torno de 9,4% em 2011; e,

(v) as despesas com Benefícios a Servidores apresentaram estabilidade. Os valores apurados para 2011 são equivalentes aos observados em 2010, após descontar a inflação: R\$ 100,75 bilhões e R\$ 100,7 bilhões, respectivamente.

## Referências Bibliográficas

CASTRO, J.A., RIBEIRO, J.A.C., CHAVES, J.V., DUARTE, B.C., SIMÕES, H.B. - Gasto Social e Política Macroeconômica: trajetórias e tensões no período 1995-2005. Texto para Discussão n° 1324. IPEA: Brasília, 2008.

CASTRO, J.A., RIBEIRO, J.A.C., CHAVES, J.V., DUARTE, B.C.- Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010. Nota Técnica n° 9. IPEA: Brasília, 2012.

CHAVES, J.V.; RIBEIRO, J.A.C. - Gasto Social Federal: uma análise da execução orçamentária de 2009. in CARDOSO JR, J.C. (org.) - Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas – 2010. IPEA: Brasília, 2010.

CHAVES, J.V., RIBEIRO, J.A.C. - Gasto Social Federal: execução orçamentária dos órgãos sociais federais em 2007 e primeiras impressões. Nota técnica. IPEA: Brasília, 2008.

CHAVES, J.V., RIBEIRO, J.A.C. - Gasto Social Federal: execução orçamentária dos órgãos sociais federais em 2008 e primeiras impressões. In IPEA - Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, 2009.

Fernandes, M.A., Oliveira, M.M.S.; Rocha, D.C.C.R., Marinho, N.S., Ribeiro, J.A.C -Dimensionamento e Acompanhamento do Gasto Social Federal. Texto para Discussão n° 547. IPEA: Brasília, 1998.

IPEA - Gasto Social Federal: uma análise da execução orçamentária de 2010. Comunicado do Ipea, n° 108. IPEA: Brasília, ago 2011a.

IPEA - 15 Anos de Gasto Social Federal, Notas Sobre o Período de 1995 a 2009. Comunicado do Ipea, n° 98. IPEA: Brasília, jul 2011b.

IPEA – Texto para Discussão n° 1000 (edição especial). Brasília, 2003.

IPEA – Políticas Sociais: acompanhamento e análise, n° 18. Brasília, 2010.

## Anexo I

### Detalhamento dos itens que compõem os grupos de natureza da despesa

#### 1 - Pessoal e Encargos Sociais:

Despesas de natureza remuneratória decorrentes do efetivo exercício de cargo, emprego ou função de confiança no setor público, do pagamento dos proventos de aposentadorias, reformas e pensões, das obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de salários, contribuição a entidades fechadas de previdência, outros benefícios assistenciais classificáveis neste grupo de despesa, bem como soldo, gratificações, adicionais e outros direitos remuneratórios, pertinentes a este grupo de despesa, previstos na estrutura remuneratória dos militares e, ainda, despesas com o ressarcimento de pessoal requisitado, despesas com a contratação temporária para atender a necessidade de excepcional interesse público e despesas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos, em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

No caso específico das políticas sociais, merece destaque não apenas por apresentar as despesas com o funcionalismo envolvido na gestão e prestação de serviços sociais, mas também pelas despesas com os benefícios previdenciários do servidor público, igualmente lançadas nesta rubrica.

#### 2 - Juros e Encargos da Dívida:

Despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

Pode ser pouco significativa no Gasto Social como um todo, mas para algumas áreas e programas assume relevância devido aos encargos da dívida contratual contraída em operações junto a organismos internacionais de fomento como, por exemplo, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial.

#### 3 - Outras Despesas Correntes:

Despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

É um item de extrema relevância para as políticas sociais. É por meio desta rubrica que se realizam as despesas mais vultosas das políticas sociais, em um leque extremamente diversificado: benefícios do Regime Geral de Previdência Social; transferências de renda condicionada (Bolsa Família); benefícios de prestação continuada a idosos e portadores de deficiência (BPC-LOAS); a maioria dos programas e ações do Sistema Único de Saúde (SUS), inclusive os recursos transferidos aos Fundos de Saúde estaduais e municipais; aos pagamentos de Seguro-Desemprego; além das típicas despesas com fornecedores de serviços e de materiais de consumo necessários à implementação e gestão das políticas públicas.

#### 4 – Investimentos:

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

É o item fundamental para as áreas de Saneamento e Habitação, além de ser relevante também em áreas como Saúde e Educação – pois demonstra, ou não, os esforços de expansão na capacidade de produção de serviços.

#### 5 - Inversões Financeiras:

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

#### 6 - Amortização da Dívida:

Despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária. Pode ser relevante a depender da importância que assumem, em cada área, as operações contraídas junto a organismos internacionais de fomento como, por exemplo, PNUD, BID e Banco Mundial.

## Anexo II

### Gasto dos órgãos públicos federais da área social: programas - 2010 e 2011

Execução Orçamentária dos Programas por Órgãos Selecionados (Liquidado)				
	2010 (RS nominais) (A)	2010 (RS corrigidos IPCA médio 2011) (B)	2011 (RS nominais) (C)	Var. real 2011/2010 (C/B)
<b>MINISTÉRIO DA SAÚDE</b>	<b>67.327.785.771</b>	<b>71.795.902.364</b>	<b>78.536.907.188</b>	<b>9,4%</b>
Gestão da Política de Saúde	490.553.681	523.108.606	649.714.335	24,2%
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	5.320.427.732	5.673.510.655	6.176.482.940	8,9%
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	789.645.773	842.049.537	1.020.712.770	21,2%
Proteção e Promoção dos Povos Indígenas	385.987.520	411.603.055	340.802.024	-17,2%
Apoio Administrativo	8.087.563.710	8.624.283.835	8.945.008.412	3,7%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	102.997.970	109.833.290	115.225.284	4,9%
Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	1.038.713	1.107.646	476.128	-57,0%
Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	41.121.260	43.850.216	27.664.756	-36,9%
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	120.000.000	127.963.636	10.000.000	-92,2%
Integração de Bacias Hidrográficas	9.965.264	10.626.595	4.525.000	-57,4%
Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial	16.253.647	17.332.298	-	-100,0%
Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	183.715.682	195.907.722	195.741.482	-0,1%
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	313.565.269	334.374.600	356.631.499	6,7%
Atenção Básica em Saúde	10.085.079.446	10.754.361.976	12.768.343.298	18,7%
Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	31.074.711.996	33.136.942.837	36.161.177.417	9,1%
Saneamento Rural	202.515.140	215.954.781	119.801.478	-44,5%
Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de Bens e Serviços	282.195.141	300.922.636	311.170.741	3,4%
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados	335.189.467	357.433.858	490.325.907	37,2%
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	5.556.665.553	5.925.426.077	6.472.162.183	9,2%
Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde	54.683.175	58.312.149	80.059.408	37,3%
Brasil Quilombola	1.499.371	1.598.875	1.199.991	-24,9%
Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde	386.088.175	411.710.390	467.512.831	13,6%
Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	3.352.979.737	3.575.495.660	3.602.802.351	0,8%
Implementação da Política de Promoção da Saúde	31.709.338	33.813.685	38.150.590	12,8%
Resíduos Sólidos Urbanos	101.633.011	108.377.747	181.216.363	67,2%
<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b>	<b>54.214.414.179</b>	<b>57.812.279.768</b>	<b>64.031.678.261</b>	<b>10,8%</b>
Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	2.207.154	2.353.629	692.887	-70,6%
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	7.145.581.193	7.619.787.934	7.784.696.028	2,2%
Garantia e Acesso a Direitos	148.298	158.140	26.785	-83,1%
Brasil Patrimônio Cultural	684.056	729.452	748.633	2,6%
Livro Aberto	1.423.833	1.518.324	737.612	-51,4%
Apoio Administrativo	1.689.656.903	1.801.788.677	1.830.921.657	1,6%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	290.955.099	310.263.937	253.826.646	-18,2%
Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	107.060	114.165	-	-100,0%
Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	538.416	574.147	451.072	-21,4%
Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais	30.000.000	31.990.909	28.465.661	-11,0%
Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	628.252.824	669.945.965	789.219.787	17,8%
Brasil Escolarizado	15.244.451.145	16.256.128.335	17.980.146.128	10,6%
Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	4.018.051.311	4.284.703.801	5.897.529.947	37,6%
Gestão da Política de Educação	119.703.431	127.647.386	137.034.413	7,4%
Brasil Universitário	20.201.464.064	21.542.106.649	23.230.102.871	7,8%
Engenho das Artes	1.164.414	1.241.689	920.710	-25,9%
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	646.967	689.902	-	-100,0%
Brasil Quilombola	978.288	1.043.211	-	-100,0%
Desenvolvimento da Educação Especial	128.908.982	137.463.851	100.374.206	-27,0%
Desenvolvimento do Ensino de Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	1.535.929.074	1.637.858.910	2.164.129.964	32,1%
Educação para a Diversidade e Cidadania	104.539.869	111.477.515	39.379.194	-64,7%
Qualidade na Escola	2.593.121.603	2.765.210.578	3.238.443.873	17,1%
Estatísticas e Avaliações Educacionais	442.126.565	471.467.691	541.264.703	14,8%
Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	33.673.630	35.908.334	12.565.484	-65,0%
Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	100.000	106.636	-	-100,0%
<b>MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO</b>	<b>46.780.898.289</b>	<b>49.885.448.743</b>	<b>54.001.822.370</b>	<b>8,3%</b>
Eradicação do Trabalho Infantil	2.232.337	2.380.483	3.260.695	37,0%
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	1.119.583.833	1.193.883.486	1.196.772.033	0,2%
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	28.242.165.299	30.116.418.046	33.199.199.394	10,2%
Qualificação Social e Profissional	150.180.014	160.146.506	80.284.005	-49,9%
Rede de Proteção ao Trabalho	24.387.147	26.005.567	22.764.141	-12,5%
Crédito Orientado ao Desenvolvimento e Geração de Emprego e Renda	382.209	407.574	307.953	-24,4%
Recursos Pesqueiros Sustentáveis	1.179.128.670	1.257.379.935	1.264.498.589	0,6%
Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda	171.299.229	182.667.268	182.676.358	0,0%
Eradicação do Trabalho Escravo	8.057.005	8.591.697	8.423.748	-2,0%
Apoio Administrativo	1.242.217.245	1.324.655.297	1.302.322.644	-1,7%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	498.332	531.403	955.207	79,8%
Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	11.586.083.770	12.354.978.403	13.523.731.617	9,5%
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	2.644.059.000	2.819.528.366	2.838.960.310	0,7%
Democratização das Relações de Trabalho	2.283.182	2.434.702	2.744.463	12,7%
Economia Solidária em Desenvolvimento	31.337.106	33.416.750	22.372.022	-33,1%
Segurança e Saúde no Trabalho	64.160.559	68.418.487	70.881.383	3,6%
Microcrédito Produtivo Orientado	1.835.446	1.957.253	1.014.469	-48,2%
Resíduos Sólidos Urbanos	3.850.000	4.105.500	7.446.474	81,4%
Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem	307.157.906	327.542.021	269.720.708	-17,7%
Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte	-	-	3.486.157	-

(...cont.)

<b>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME</b>	<b>39.410.556.003</b>	<b>42.025.983.753</b>	<b>45.916.600.110</b>	<b>9,3%</b>
Erradicação do Trabalho Infantil	280.937.705	299.581.752	259.367.485	-13,4%
Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	58.611.900	62.501.599	62.845.541	0,6%
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Prò-SINASE	34.590.484	36.886.034	36.978.213	0,2%
Apoio Administrativo	148.720.117	158.589.725	163.420.141	3,0%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	295.271.563	314.866.857	345.733.931	9,8%
Gestão da Política de Desenvolvimento Social e Combate à Fome	54.949.854	58.596.526	57.872.930	-1,2%
Resposta aos Desastres e Reconstrução	44.068.800	46.993.366	-	-100,0%
Acesso à Alimentação	947.574.303	1.010.458.778	1.354.421.731	34,0%
Economia Solidária em Desenvolvimento	28.646.478	30.547.562	33.953.678	11,2%
Transferência de Renda com Condiionalidades - Bolsa Família	14.073.804.209	15.007.793.013	17.244.782.256	14,9%
Proteção Social Básica	22.853.182.315	24.369.802.562	25.770.329.357	5,7%
Proteção Social Especial	255.137.712	272.069.578	263.922.322	-3,0%
Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem	335.060.563	357.296.400	315.628.778	-11,7%
Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	-	-	1.760.469	-
Resíduos Sólidos Urbanos	-	-	5.583.278	-
<b>MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	<b>267.565.847.734</b>	<b>285.322.489.963</b>	<b>295.169.295.430</b>	<b>3,5%</b>
Previdência Social Básica	248.676.432.551	265.179.504.528	276.464.498.187	4,3%
Qualidade dos Serviços Previdenciários	275.651.537	293.944.775	219.754.698	-25,2%
Previdência Complementar	2.597.203	2.769.563	19.776.287	614,1%
Gestão da Política de Previdência Social	46.133.836	49.195.445	55.625.988	13,1%
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	1.264.818.532	1.348.756.487	1.268.585.326	-5,9%
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	4.995.193.154	5.326.692.329	4.662.831.751	-12,5%
Apoio Administrativo	4.583.546.377	4.887.727.175	4.956.406.779	1,4%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	7.701.125.886	8.212.200.593	7.514.709.391	-8,5%
Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	4.600.134	4.905.416	3.661.880	-25,4%
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	13.970.066	14.897.170	1.952.991	-86,9%
Educação Previdenciária	1.778.458	1.896.483	1.492.152	-21,3%
<b>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO</b>	<b>3.723.225.759</b>	<b>3.970.312.554</b>	<b>3.729.856.666</b>	<b>-6,1%</b>
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	341.888.865	364.577.853	364.257.742	-0,1%
Assentamentos para Trabalhadores Rurais	525.443.198	560.313.519	827.482.294	47,7%
Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento	386.333.151	411.971.623	343.805.764	-16,5%
Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	174.553.009	186.136.981	122.206.416	-34,3%
Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	33.677.160	35.912.099	18.367.214	-48,9%
Agricultura Familiar - PRONAF	428.976.976	457.445.447	204.070.339	-55,4%
Apoio Administrativo	671.139.304	715.678.548	656.541.998	-8,3%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	277.702.505	296.131.853	267.362.151	-9,7%
Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	15.223.803	16.234.110	2.008.007	-87,6%
Crédito Fundiário	67.469.955	71.947.506	78.330.931	8,9%
Paz no Campo	8.345.703	8.899.554	4.340.917	-51,2%
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	385.480.208	411.062.076	422.031.008	2,7%
Brasil Quilombola	30.890.034	32.940.009	30.479.513	-7,5%
Educação do Campo (PRONERA)	15.414.319	16.437.269	21.453.396	30,5%
Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade	344.457	367.316	633.265	72,4%
Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar	339.603.814	362.141.158	346.506.691	-4,3%
Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	20.739.298	22.115.633	19.978.966	-9,7%
<b>MINISTÉRIO DA CULTURA</b>	<b>1.497.314.212</b>	<b>1.596.681.426</b>	<b>1.644.705.223</b>	<b>3,0%</b>
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	102.619.116	109.429.294	111.434.741	1,8%
Brasil Patrimônio Cultural	38.154.207	40.686.259	53.006.082	30,3%
Livro Aberto	55.466.918	59.147.904	97.874.254	65,5%
Brasil, Som e Imagem	243.499.695	259.659.220	290.391.640	11,8%
Museu Memória e Cidadania	36.079.388	38.473.747	55.180.219	43,4%
Cultura Afro-Brasileira	13.244.050	14.122.973	16.741.778	18,5%
Gestão da Política de Cultura	52.005.023	55.456.265	50.187.559	-9,5%
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	3.800.000	4.052.182	-	-100,0%
Apoio Administrativo	356.795.247	380.473.477	420.805.961	10,6%
Monumenta	72.384.370	77.188.060	46.402.104	-39,9%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	4.887.724	5.212.091	1.742.066	-66,6%
Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	11.234.225	11.979.769	10.150.047	-15,3%
Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania	107.876.528	115.035.607	78.533.308	-31,7%
Engenho das Artes	386.035.528	411.654.249	226.184.875	-45,1%
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	102.000	108.769	216.000	98,6%
Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural	7.708.247	8.219.794	11.723.602	42,6%
Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC	5.421.946	5.781.766	9.315.000	61,1%
Esporte e Lazer da Cidade	-	-	164.815.987	-



(...cont.)

<b>MINISTÉRIO DAS CIDADES</b>	<b>13.141.189.679</b>	<b>14.013.286.793</b>	<b>17.277.334.343</b>	<b>23,3%</b>
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	-	-	28.620	-
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	872.949.937	930.882.068	1.310.136.757	40,7%
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	1.084.956.016	1.156.957.641	872.138.548	-24,6%
Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos	327.289.750	349.009.887	172.762.322	-50,5%
Apoio Administrativo	80.895.828	86.264.369	83.943.254	-2,7%
Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H	199.517	212.758	3.177	-98,5%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	91.203.075	97.255.643	91.602.535	-5,8%
Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	19.341.935	20.625.536	18.152.911	-12,0%
Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	38.103.741	40.632.444	56.761.127	39,7%
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	6.680.000.000	7.123.309.081	10.979.937.653	54,1%
Integração de Bacias Hidrográficas	228.764	243.946	-	-100,0%
Nacional de Acessibilidade	19.259.452	20.537.579	922.013	-95,5%
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos				
Precários	2.123.688.248	2.264.623.920	1.934.984.992	-14,6%
Fortalecimento da Gestão Urbana	16.725.668	17.835.644	109.689.376	515,0%
Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais	278.713	297.209	1.016.804	242,1%
Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial	334.900.893	357.126.134	305.752.089	-14,4%
Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	1.276.580.331	1.361.298.842	1.211.898.178	-11,0%
Resíduos Sólidos Urbanos	5.285.213	5.635.959	1.506.206	-73,3%
Mobilidade Urbana	77.745.023	82.904.465	6.146.527	-92,6%
Habituação de Interesse Social	91.557.575	97.633.668	119.951.254	22,9%
<b>FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE</b>	<b>29.562.126</b>	<b>31.523.976</b>	<b>25.940.040</b>	<b>-17,7%</b>
Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	6.573.969	7.010.241	4.577.492	-34,7%
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE	1.476.504	1.574.490	6.878.782	336,9%
Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	17.857.995	19.043.116	10.074.252	-47,1%
Gestão da Política de Direitos Humanos	3.653.658	3.896.128	3.409.514	-12,5%
Educação em Direitos Humanos	-	-	1.000.000	-
<b>SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL</b>	<b>42.633.769</b>	<b>45.463.101</b>	<b>24.268.258</b>	<b>-46,6%</b>
Apoio Administrativo	8.997.016	9.594.091	11.430.253	19,1%
Brasil Quilombola	10.310.669	10.994.922	3.935.374	-64,2%
Promoção de Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial	23.326.084	24.874.088	8.902.631	-64,2%
<b>SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES</b>	<b>75.849.029</b>	<b>80.882.646</b>	<b>78.069.498</b>	<b>-3,5%</b>
Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	250.000	266.591	-	-100,0%
Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres	35.293.644	37.635.859	36.807.301	-2,2%
Apoio Administrativo	10.809.366	11.526.715	9.431.349	-18,2%
Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas	4.854.391	5.176.546	4.489.391	-13,3%
Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres	24.641.628	26.276.936	27.341.457	4,1%
<b>SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS</b>	<b>177.115.189</b>	<b>188.869.197</b>	<b>163.825.485</b>	<b>-13,3%</b>
Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	4.945.333	5.273.523	10.998.014	108,6%
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-SINASE	53.369.600	56.911.401	13.653.249	-76,0%
Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	5.556.054	5.924.774	3.269.633	-44,8%
Garantia e Acesso a Direitos	14.321.385	15.271.804	12.537.947	-17,9%
Gestão da Política de Direitos Humanos	3.023.955	3.224.636	7.843.311	143,2%
Proteção a Pessoas Ameaçadas	32.054.964	34.182.248	33.919.331	-0,8%
Apoio Administrativo	31.353.108	33.433.814	38.293.522	14,5%
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	96.000	102.371	85.800	-16,2%
Nacional de Acessibilidade	3.239.663	3.454.659	3.616.518	4,7%
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	3.867.862	4.124.547	5.537.064	34,2%
Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos	1.519.833	1.620.695	15.621.634	863,9%
Educação em Direitos Humanos	22.319.886	23.801.115	16.967.532	-28,7%
Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	1.447.546	1.543.610	1.481.930	-4,0%
<b>ARQUIVO NACIONAL</b>	<b>67.314.950</b>	<b>71.782.215</b>	<b>6.071.634</b>	<b>-91,5%</b>
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	3.949.832	4.211.957	320.368	-92,4%
Democratização do Acesso à Informação Arquivística Governamental	63.365.118	67.570.258	5.751.266	-91,5%
<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA (Operações Oficiais de Crédito)</b>	<b>4.143.122.861</b>	<b>4.418.075.554</b>	<b>7.018.619.887</b>	<b>58,9%</b>
Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento	881.255.097	939.738.389	842.867.293	-10,3%
Agricultura Familiar - PRONAF	1.225.517.245	1.306.847.024	3.384.848.825	159,0%
Brasil Universitário	1.724.850.519	1.839.317.869	2.466.539.276	34,1%
Crédito Fundiário	300.000.000	319.909.090	300.000.000	-6,2%
Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	11.500.000	12.263.182	24.364.493	98,7%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>498.196.829.550</b>	<b>531.258.982.052</b>	<b>567.624.994.393</b>	<b>6,8%</b>

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Sifai/STN  
Elaboração: Disoc/Ipea